

Governo recebe Condsef e servidores da Cultura para tratar do plano de carreira

Representantes da Condsef/ Fenadsef e da Associação dos Servidores do Ministério da Cultura (AsMinC) foram recebidos nessa terça-feira(09) pelo secretário-executivo da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência da República, Gustavo Ponce, para apresentar a pauta de reivindicações dos servidores do Ministério da Cultura e dos órgãos vinculados.

Durante a conversa, os sindicalistas manifestaram preocupação com a falta de transparência por parte do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) quanto ao conteúdo final do Projeto de Lei da carreira da Cultura.

O principal receio é a cria-

ção de uma carreira esvaziada, sem a devida previsão de transição dos atuais servidores nem a realização de concurso público para preenchimento das novas vagas e cargos criados. Vale lembrar que um dos fatores decisivos para o encerramento da greve dos servidores, realizada entre os meses de abril e junho deste ano, foi a sinalização do governo, por meio da direção do MinC, de que a carreira traria avanços efetivos para quem já está no serviço público.

Ponce afirmou que, no âmbito das atribuições da SRI, ele e sua equipe buscarão as informações necessárias para garantir transparência sobre o projeto e para abrir um canal de diálogo

entre as entidades representativas da Cultura e o MGI.

Na avaliação dos sindicalistas, a reunião foi positiva, já que a pauta de reivindicações foi oficialmente recebida e houve reconhecimento de que a luta sindical é legítima.

Participaram da reunião a diretora da Executiva da Condsef, Jussara Griffó, e os diretores do Departamento de Educação e Cultura (DEC) da Confederação, Ruth Vaz Costa, Sérgio Pinto e Matheus Cotta, além de Mádila Barros de Lima, da assessoria jurídica da Confederação. Pela AsMinC estavam os servidores Natália Brayner e João Gabriel.

Fonte: Condsef

Inflação oficial recua 0,11% em agosto, menor resultado desde 2022

A inflação oficial ficou negativa no mês de agosto, ou seja, os preços ficaram mais baratos em média. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o mês em -0,11%. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em julho, o índice tinha ficado em 0,26%. Essa deflação (inflação negativa) é a primeira desde agosto de 2024 (-0,02%) e a mais intensa desde setembro de 2022 (-0,29%).

Com o resultado de agosto de 2025, o acumulado de 12 meses chega a 5,13%, abaixo dos 5,23% dos 12 meses terminados em julho, mas ainda acima da meta do governo, de até 4,5%.

A conta de luz recuou 4,21% no mês, representando impacto negativo de 0,17 ponto percentual (p.p.), figurando como o subitem que mais puxou a inflação para baixo. Com isso, o grupo habitação recuou 0,90%. Esse recuo nesse conjunto de preços foi o maior para um mês de agosto desde o início do Plano Real, em 1994.

A explicação está no chamado Bônus de Itaipu, desconto na conta que beneficiou 80,8 milhões de consumidores. Conforme adiantou a Agência Brasil, a bonificação compensou a bandeira tarifária vermelha 2, que adiciona R\$ 7,87 na conta e luz a cada 100 Kwh consumidos.

No entanto, o gerente da pesquisa, Fernando Gonçalves, anteci-

pou que haverá “devolução” dessa deflação na conta de luz em setembro, uma vez que as faturas não terão mais o desconto. “No mês que vem terá variação mais alta”.

O grupo alimentação e bebidas (-0,46%) caiu pelo terceiro mês seguido. O de transportes (-0,27%) também ajudou a deixar o IPCA negativo. Nesses três meses, os alimentos acumularam queda de -0,91%. O de transportes (-0,27%) também ajudou a deixar o IPCA negativo.

Fernando Gonçalves calcula que os grupos habitação, alimentação e transportes somados representam -0,30 p.p. na inflação. “Sem eles, o resultado do IPCA de agosto ficaria em 0,43%”, diz.

Fonte: CUT

NOTA DAS CENTRAIS

Centrais sindicais se reúnem com ministérios para discutir Reforma Administrativa

As centrais sindicais receberam nesta terça-feira, 9 de setembro, a ministra Esther Dweck, da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), e o ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Luiz Marinho. Os representantes das centrais sindicais levaram aos ministros a preocupação com o debate em torno da Reforma Administrativa, em particular a ausência de textos concretos, propostas apresentadas através da imprensa, a não participação das centrais sindicais no debate realizado pelo GT da Câmara dos Deputados e a perspectiva de uma tramitação acelerada das propostas.

Para o movimento sindical, o MGI já vem implementando dezenas de iniciativas que implementam mudanças substantivas para modernizar a gestão do Estado, em particular, no âmbito do governo federal e o fato de ter excluído do debate as medidas contidas na PEC 32. Reafirmamos à Ministra que é essencial o encaminhamento da proposta de regulamentação do direito de negociação coletiva para os servidores públicos, construída recentemente em conjunto no Grupo de Trabalho coordenado pelo MGI, bem como avançar em demandas sindicais como a que trata da liberação de dirigentes sindicais.

Em relação as propostas de reforma administrativa em debate no Congresso, além de registrar a necessidade de um texto para fazer o debate, registramos nossa divergência em relação às propostas orientadas para realizar ajuste fiscal, reduzir o tamanho do Estado, fragilizar políticas públicas, penalizar servidores públicos, estabelecer formas de precarização dos contratos de trabalho no setor público, promover a terceirização, entre outros aspectos que foram destacados.

A ministra Esther Dweck esclareceu aos representantes sindicais que o GT é uma iniciativa do Congresso Nacional e que governo federal participa apresentado suas propostas, mas ressaltou que não está negociando propostas. Ela reafirmou que o governo está atento aos desdobramentos do debate, reafirmou as diretrizes que orientam a atuação propositiva do MGI que inclui a valorização e a defesa da estabilidade dos servidores como uma proteção do Estado.

Durante o encontro foi proposta uma reunião entre as centrais sindicais, o relator da Reforma Administrativa, deputado Pedro Paulo, e demais integrantes do GT, e o governo federal, na figura da ministra Esther Dweck e do ministro Luiz Marinho, para discutir as propostas em debate no parlamento. Para os dirigentes das centrais, os espaços abertos no parlamento, até agora, foram limitadíssimos e insuficientes para abordar com a profundidade que o tema exige. A ministra Esther Dweck se propôs a intermediar a realização dessa reunião.

Os presentes também reafirmaram que é essencial, para a realização dos debates, que os textos com as propostas de projetos sejam tornados públicos, sejam discutidos em comissão especial chamada para essa finalidade, respeitando prazos necessários que a complexidade dos temas exige.

Os dirigentes sindicais, por fim, registraram a importância desse diálogo realizado nessa oportunidade e a sua continuidade, bem como ressaltaram a necessidade de um encontro específico com as entidades sindicais do setor público.

Brasília, 09 de setembro de 2025.

Central Única dos Trabalhadores / Força Sindical / União Geral dos Trabalhadores
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil / Nova Central Sindical de Trabalhadores
Central dos Sindicatos Brasileiros / Intersindical Central da Classe Trabalhador
Pública Central do Servidor